

## LIVROS

**OS SENTIDOS POLÍTICOS  
DO DIREITO À DIFERENÇA**

*Ciladas da diferença, de Antônio Flávio Pierucci.*  
São Paulo: Editora 34, 1999, 224 pp.

**Maria Filomena Gregori**

No decurso das últimas décadas temos assistido a uma proliferação de retóricas políticas que, a despeito da diversidade de termos e bandeiras, reclamam o reconhecimento da importância de formas alternativas de luta que dão suporte a novas

coletividades organizadas em torno de identidades culturais. Em meio ao processo de consolidação desses atores políticos insere-se a problemática tratada por Antônio Flávio Pierucci: o "direito à diferença". Tema obrigatório para aqueles que vêm acompanhando os debates nas ciências sociais contemporâneas, tem ensejado reações que no mais das vezes oscilam entre a indiferença e o deslumbramento. Um dos grandes méritos deste *Ciladas da diferença* é precisamente o posicionamento de um autor que não aprisiona suas reflexões em uma contemplação passiva ou "embasbacada" diante de novidades. Investigador tarimbado, Pierucci navega na contracorrente do "politicamente correto" e especula sobre os limites do "diferencialismo libertário" e as armadilhas e riscos daí derivados. No melhor

estilo humanista e crítico, ele tem a coragem, como poucos, de desafiar o turbilhão pós-moderno. Numa escrita fluente e com recurso frequente à ironia, vai expondo argumentos em réplica à consolidação de uma consciência cada vez mais voltada às diferenças culturais fundadas em evidências sensíveis.

O livro reúne artigos publicados entre 1987 e 1995, revistos e ampliados, resultantes de uma investigação sobre o voto conservador e as bases eleitorais da direita em São Paulo. Os textos que compõem a primeira parte do livro trabalham, de modo mais ensaístico que científico, os dados empíricos provenientes daquela pesquisa, enquanto os da segunda parte exploram a bibliografia "pró-diferencialista" sobre gênero e raça, contendo ainda um interessantíssimo ensaio sobre as imprecisões ocidentais ao se qualificar como fundamentalismo ou integrismo os movimentos islâmicos.

De fato, foi no tratamento do material coletado em campo que o autor vislumbrou o paradoxo que aborda nos vários textos: uma semelhança estranha, porém vigorosa, entre o universo discursivo conservador das pessoas que entrevistou e aquele dos movimentos sociais emergentes na década de 1970, em particular os de mulheres, homossexuais e negros. Nas falas daqueles que votaram em Jânio Quadros e Paulo Maluf, ou se mobilizaram para apoiá-los, e nas dos herdeiros de uma "certa esquerda" residiria um mesmo distanciamento ou recusa da retórica da igualdade e do que dela deriva — parâmetros racionais e o universalismo.

O objetivo do livro é pois colocar a nu as implicações dos vários deslocamentos de sentido de expressões e noções empregadas por sujeitos políticos que se situam em pontos extremos do leque ideológico — em outros termos, apreender os resultados imponderáveis e os destinos heterodoxos da linguagem política, em particular de certas alianças esdrúxulas. Tratar tal universo de questões é estratégico em um mundo cada vez menos habitado por utopias, mas é preciso ter cautela na forma como se constrói a prova sobre as semelhanças ou afinidades. Este é o ponto nodal do meu comentário: o esforço crítico e polemista do autor obscurece aspectos importantes que dão sentido político a essa questão do diferencialismo.

Como já sugeri, Pierucci situa essa retórica nos movimentos sociais que ganharam visibilidade e destaque público desde a década de 1970. Mas tal procedimento se resume a situar a origem do discurs-

so e apontar suas demandas e reivindicações genéricas. Não foi feito um maior investimento na análise das razões que deram sentido à emergência desses movimentos, em particular das polêmicas e conflitos no interior de uma tradição política. O autor adotou, sem dúvida, o caminho dos *insights* mais provocativos — as semelhanças com o discurso de direita — e filiou esses movimentos à esquerda sem, no entanto, apontar que muitos deles nasceram de um conflito com a esquerda. Tilman Evers, em um dos primeiros bons artigos sobre tais movimentos<sup>1</sup>, salienta que o caráter marcante deles, principalmente no período em que despontaram, era a crença de que os custos e efeitos negativos dos modos estabelecidos de racionalidade econômica e política não afetam uma classe em particular, mas cada membro da sociedade numa ampla variedade de formas. O que significa que, para além da formação de agrupamentos políticos organizados em torno de evidências sensíveis, esses movimentos colocavam em questão todo um conjunto de paradigmas e — por que não? — dogmas de correntes variadas do marxismo, do leninismo, do trotskismo<sup>2</sup>.

Sigamos porém os argumentos do autor ao longo dos capítulos. Há muito cuidado na escolha das estratégias narrativas — epígrafes, apresentação das entrevistas, tratamento das idéias e exposição de teorias variadas —, que são montadas para provocar que o leitor se faça algumas perguntas e pondere. No primeiro capítulo, cujo título dá nome ao livro, as ciladas começam a aparecer por meio da sobreposição de materiais distintos: depois de apresentar uma espécie de lista de convicções-clichês de conservadores com conteúdos racistas, machistas e discriminatórios de modo geral, o autor desenvolve o argumento sobre o pioneirismo da direita no "pavilhão da defesa das diferenças", fundamentado por uma discussão com Hannah Arendt e suas restrições ao universalismo igualitário presente nas formulações dos direitos humanos. Arendt incursio-

(1) Evers, Tilman. "De costas para o Estado, longe do Parlamento". *Novos Estudos*, 2(1), abril de 1983.

(2) Vários estudos exploraram as temáticas e posturas inauguradas por tais movimentos, podendo-se destacar os de Tilman Evers (ibidem; "Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais". *Novos Estudos*, 2(4), abril de 1984) e Norberto Bobbio (*O futuro da democracia — uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986). Para um depoimento sobre a criação de um grupo feminista saído das lides trotskistas, ver Rowbotham, Sheila. *Além dos fragmentos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

na pelo pensamento da direita dos finais do século XVIII e inícios do século XIX, citando Edmund Burke ("um ícone do conservadorismo inglês anti-Luzes") e dele resgatando a crítica contra a crença na existência de um ser humano em si, despojado de suas diferenças culturais, aprisionado a uma espécie de "abstrata nudez do apenas homem"<sup>3</sup>. Pierucci contra-argumenta: "Deixemos de lado a recusa inconfessada de Hannah Arendt a encarar de frente a diferença judaica, dito de outro modo, a diferença da condição judaica, como tendo sido, ela sim, a razão alucinada e o alvo da perseguição e da vontade de extermínio" (p. 21). Não foi por serem concebidos como iguais que os judeus foram perseguidos, foi por sua diferença. E mais: foi por heterofobia — "a fobia à sua alteridade irredutível" (p. 22). O pensamento conservador gestado contrariamente aos ideais da Revolução Francesa é invocado pelo autor como evidência de paternidade do solo conceitual no qual o diferencialismo habita: "estas novas divisas de esquerda que giram em torno do 'direito à diferença' trazem consigo um ardil, instalado justamente nesta sua ambigüidade, uma debilidade hereditária" (p. 31). Nublar as fronteiras ideológicas passa a ser, portanto, uma das ciladas da diferença.

Outras armadilhas são explicitadas ainda neste primeiro capítulo: o intelectualismo de que se reveste a retórica da diferença, como no debate entre feministas do início dos anos 1980 quanto ao reconhecimento da diversidade cultural de gênero (volto a essa questão a seguir), e a dificuldade em condicionar o discurso a uma prática, a exemplo do caso Sears — julgamento ocorrido ainda na década de 1970 no qual a famosa loja de departamentos foi acusada de discriminação sexual e saiu vencedora por ter advogados e testemunhas (inclusive uma historiadora feminista) que conseguiram convencer que homens e mulheres têm interesses diferentes e portanto podem estar sujeitos a regras diferentes. O ponto de vista do autor se destaca: o foco na diferença rouba a cena da igualdade (posta como antítese no discurso conservador de senso comum), arriscando os parâmetros para uma ação justa, e pode ser tomado até mesmo como "entregar a própria arma ao assaltante" (p. 50).

Se o argumento é claro, salientando a preferência do autor pelos parâmetros igualitaristas, é preciso ponderar, em termos metodológicos, sobre o emprego na análise de categorias como esquerda e direita. Mesmo reconhecendo que não era propósito do autor investigar a gênese ideológica dos movimentos sociais libertários ou mesmo dos segmentos sociais que votam em candidatos conservadores em São Paulo, seria importante obter mais informações sobre a formação desses universos e suas filiações. Não é inteiramente convincente afirmar que os movimentos sociais da década de 1970 eram de esquerda: muitos agrupamentos nasceram da esquerda mas entraram em rota de colisão, enquanto outros permaneceram ligados, estabelecendo estratégias comuns<sup>4</sup>. Não podemos desconsiderar também aqueles para quem essas divisões nunca foram critérios de aglutinação. Sempre houve diversidade de posições e conflitos nesse universo. Talvez fosse mais proveitoso analisar os riscos de uma ação política cujas alianças são feitas e desfeitas em uma lógica que não prefigura campos ideológicos — portanto, não faz muito sentido falar em deslocamentos da direita para a esquerda ou vice-versa —, mas funciona na base de redes movimentalistas, como quer Ana Maria Doimo, ou dos grupos em contato na rede, como propõe Manuel Castells<sup>5</sup>.

A categoria "direita", mesmo partindo-se de uma investigação empírica, foi construída e quase descartada na análise. Não se trata de uma categoria nativa, e um dos pontos altos do Capítulo 2 é mostrar que direita é "um nome que não se diz" (p. 72). É uma categoria empregada pelo pesquisador que parece correr atrás do sujeito empírico que

(4) Essa diversidade interna é apontada em estudos sobre o movimento de mulheres no Brasil, que começou a ganhar visibilidade em 1975 (cf. Cruz, Annette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRJ, 1983; Pontes, Heloísa. *Do palco aos bastidores*. Campinas: dissertação de mestrado, Unicamp, 1985; Gregori, Maria Filomena. *Cenas e queixas — um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra/Anpocs, 1993). O Brasil Mulher era um dos grupos filiados à esquerda; já o Nós Mulheres propunha uma luta articulada, mas sob uma forma de ação e um conjunto de reivindicações pouco palatáveis aos grupos de esquerda.

(5) Doimo, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs, 1995; Castells, Manuel. *La era de la información — economía, sociedad y cultura*. Vol. 1: *La sociedad red*. Madri: Alianza, 1997.

(3) Cf. Arendt, Hannah. "O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem". In: *O sistema totalitário*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

lhe corresponde e ele escapa... Essas pessoas não são apenas eleitoras de Jânio e Maluf: são ativistas. Mas um tipo de ativista que não tem propriamente afinidade ideológica com suas lideranças. Pierucci afirma que o fluxo ideológico parece não correr bem do topo para a base: eles não são anticomunistas, não são "neoliberais" e a defesa do "tradicional" fica restrita ao campo da instituição familiar. No terceiro capítulo o autor vai esclarecer que Mannheim foi fonte de influência para o uso de tal categoria, em particular a sua idéia de caracterizar o pensamento conservador (e de direita) mediante o apego ao que é tangível, da ordem do sensível, do concreto, e uma aversão à abstração. Mesmo não comungando toda a série de posições, essas pessoas podem ser consideradas "de direita". Mas ficamos com poucos elementos, além de saber onde moram, em quem votaram e a ojeriza que têm pelos nordestinos. Falta enfim um pouco de tratamento sociológico na apresentação do material empírico.

Toda a discussão com as teorias feministas, perpassando o restante do livro, é pautada pela polarização entre, de um lado, o localismo (ou comunitarismo), a diferença, o pensamento concreto ligado aos dados sensíveis e ao corpo e, de outro, os princípios universais, a igualdade, o pensamento abstrato. O ponto da crítica, a partir desse momento do livro, vai além da proximidade com a retórica conservadora e põe em foco as limitações de um pensamento que está cada vez mais seduzido pelo desconstrutivismo (muito embora o autor não empregue esse termo). Esse é um desafio a que o texto nos lança: já é tempo de introduzirmos no debate uma discussão mais fina sobre uma certa tendência à despolitização que está revestindo a atuação desses novos atores. Sabemos que o vigor crítico das teorias feministas que despontaram depois dos anos 1980 advém de sua explícita e intencional articulação com o movimento político<sup>6</sup>. São teorias que ganharam considerável visibilidade internacional, sobretudo pela radicalidade com que enfrentam certos pressupostos, teorias consagradas, hierarquias e etiquetas acadêmicas. De fato, não seria exagerado afirmar que a política, no sentido forte do termo, está sendo feita nessa arena, digamos, do

pensamento. A questão que fica, e que aparece tão bem lançada por Pierucci, é se tal procedimento é suficiente para levar à emancipação. Ele se pergunta sobre a rentabilidade política de um tipo de discurso que se torna cada vez menos afeito a ser transformado em vulgata, algo importante para a ação política. E indaga ainda por que essa defesa da diferença incide — como no caso das mulheres negras e sua relação com as feministas brancas — na "produtividade social da diferença", ou seja, em uma situação que "produz, social e sociologicamente, outras diferenças além dela, por causa dela, contra ela mesma" (p. 120). Em termos de militância, tal "diferencialismo disseminante" pode "arrastar-nos traiçoeiramente numa espécie de rodadoiro" ou na "fragmentação entre lealdades concorrentes impossíveis de conciliar, indecidíveis" (pp. 148-149).

Se as questões são perfeitamente procedentes, sobretudo no que se refere às dificuldades e obstáculos de natureza política, fica ainda no leitor a sensação de que estão descobertos aspectos relevantes do contexto no qual esse desconstrutivismo foi criado. Seria preciso realizar, inclusive, todo um mapeamento circunstanciado de autores e autoras nas várias áreas disciplinares e temáticas envolvidos no debate sobre o conceito de gênero<sup>7</sup>. Donna Haraway, uma das teóricas de destaque nessa discussão, ao escrever o verbete sobre gênero para a nova edição de um dicionário marxista, escreveu mais de trinta páginas<sup>8</sup>... É muito difícil, se não impossível, falar no feminismo como uma entidade minimamente coesa ou coerente. De fato, essa dificuldade remonta à década de 1970, de modo que é arriscado acertar nas cronologias ou fases do movimento. Há e sempre houve uma pluralidade de posições nesse campo — o que não significa que não existam alianças. Abordagens como a de Iris Young, por exemplo, já apontavam há duas décadas

(7) Ver por exemplo os artigos de Neuma Aguiar, "Para uma revisão das ciências humanas no Brasil desde a perspectiva das mulheres", e de Adriana Piscitelli, "Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas", in: Aguiar, Neuma (org.). *Gênero e ciências humanas — desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.

(8) Haraway, Donna. "Gender for a Marxist dictionary". In: *Symians, cyborgs and women. The reinvention of nature*. Londres: Routledge, 1991 — em que a autora menciona uma série de posições que dividem o campo pelas variadas filiações ao marxismo. O artigo foi recentemente traduzido por Mariza Corrêa: "Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra" (mimeo).

(6) Ver Heilborn, M. Luiza e Sorj, Bila. "Estudos de gênero no Brasil". In: Miceli, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)* — vol. 2. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.

os efeitos ameaçadores da discursividade pós-moderna presente nas obras de várias feministas<sup>9</sup>.

Talvez seja melhor afirmar que algumas correntes formadas por teóricas em disciplinas diferentes (antropologia, história, filosofia, teoria literária etc.) — e não todo o feminismo — começaram a interrogar categorizações binárias como natureza/cultura e sexo/gênero. Passaram a recusar as posições que recorriam às polarizações. E, em particular, indagaram sobre a validade do próprio uso do conceito de gênero. Toda a discussão está sendo feita no sentido de questionar a idéia de que gênero se refira aos atributos culturais alocados a cada um dos sexos, em contraste com a noção de sexo que está ligada à dimensão biológica dos seres humanos<sup>10</sup>. Como salienta Haraway em crítica a tal formulação, "as feministas argumentaram contra o 'determinismo biológico' e a favor do 'construcionismo social' e, no

processo, tornaram-se menos capazes de desconstruir como os corpos, incluindo corpos sexuados e racializados, aparecem como objetos de conhecimento e lugares de intervenção na biologia"<sup>11</sup>. As teorias mais recentes dedicam-se, pois, a apreender como foram sendo elaboradas certas categorias pelas ciências naturais e sociais e quais são as implicações dessas representações sobre o lugar simbólico e material ocupado pelas mulheres.

Menos do que uma mera vontade de disseminar a diferença, com o risco de que a luta política se dilua na fragmentação — como sugere Pierucci —, os estudiosos descortinam um horizonte no qual conceitos consagrados passam por um exame histórico e crítico. Se essas novas teorias parecem frágeis no registro estrito da luta política, não podemos deixar de reconhecer que criam polêmicas instigantes no âmbito intelectual. Prova disso é a discussão vigorosa e enriquecedora apresentada em *Ciladas da diferença*.

Maria Filomena Gregori é professora do Departamento de Antropologia da Unicamp e pesquisadora do Cebrap. Publicou nesta revista "Cenas e queixas: mulheres e relações violentas" (nº 23).

(9) Young, Iris. *Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory*, 1981 (mimeo) — referência extraída de Haraway (ibidem).

(10) Ver Heilborn e Sorj, op. cit.

(11) Haraway, op. cit.